Parte 2 – Conflitos pela terra

Estado, questão agrária e o desafio da luta pela terra

Algacir José Rigon
José Guilherme Franco Gonzaga
Vinicius Piccin Dalbianco

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RIGON, A.J., GONZAGA, J.G.F., and DALBIANCO, V.P. Estado, questão agrária e o desafio da luta pela terra. In: TEDESCO, J.C., SEMINOTTI, J.J., and ROCHA, H.J., ed. *Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas* [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 146-174. ISBN: 978-85-64905-76-4. <https://doi.org/10.7476/9788564905764.0006>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

PARTE 2

*Conflitos
pela terra*

Estado, questão agrária e o desafio da luta pela terra

Algacir José Rigon¹

José Guilherme Franco Gonzaga²

Vinicius Piccin Dalbianco³

Considerações históricas e introdutórias

A organização social tem no Estado uma estrutura burocrática capaz de manter autonomia, especialmente no seu modo executivo em relação à luta de classes. Por ser uma aparência, ficam ocultos no Estado os interesses das classes sociais, os conflitos e também a desigualdade social. O interesse deste estudo teórico é dar visibilidade ao movimento dos camponeses que disputam a terra como meio de vida e como esta organização, ao longo dos tempos, tem impactado no Estado e evidenciado as questões agrárias, especificamente, a partir do Movimento dos Sem Terra (MST).

O MST tem sua origem nas lutas camponesas de resistência e disputa pela terra que, de bem comum, tornou-se aos poucos propriedade privada.

Atualmente, a defesa dos ‘bens comuns’ é uma forte reivindicação de muitos movimentos sociais. Ela inclui elementos indispensáveis à vida — como a água e as sementes —, como ‘serviços públicos’, hoje desmantelados pelas políticas neoliberais, tanto no Sul como no

1 Professor da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) — Campus Dom Pedrito. Contato: ajrigon@gmail.com.

2 Professor da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) — Campus Dom Pedrito. Contato: joguigon@gmail.com.

3 Professor da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) — Campus Dom Pedrito. Contato: viniciusdalbianco@unipampa.edu.br.

Norte. Esta luta consiste em uma oposição à onda de privatizações que atingiram a maioria das redes públicas, desde as ferrovias, a energia elétrica, a água, os transportes, a telefonia, saúde e a educação e também as florestas, os rios, as terras (HOUTART, 2011, p. 7).

No Brasil, em específico, ao longo de mais de 500 anos de história, a terra que originariamente estava sob uso comum dos povos indígenas que aqui habitavam, arbitrariamente foi distribuída em capitanias hereditárias, dentre outros mecanismos adotados para que a terra tivesse seu uso por posseiros de confiança da coroa portuguesa. Como regramento oficial, constata-se a Lei das Sesmarias (estabelecida em Portugal em 1375) e, depois, a Lei de Terras, que propiciaram a concentração da maioria das terras brasileiras em mãos de poucos donos. As disputas iniciais pela terra foram com os indígenas e com os negros, sendo que os primeiros lutavam contra os bandeirantes e aqueles que avançavam sobre suas terras a fim de colonizar. Os negros, de alguma forma, faziam a disputa por sua liberdade, pela própria terra, por uma terra livre. Liderados por alguém carismático ou algum religioso (líder messiânico), provocaram guerras, campanhas, manifestações Brasil afora — Canudos (Antônio Conselheiro), Contestado (Monges Maria), Cangaço (Lampião), os quilombos, dentre outras.⁴

Depois desse processo inicial, os camponeses adentraram num período em que se organizaram como classe — 1950 até, ao menos, 1964. Nessa direção, surgiram as Ligas Camponesas, a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (UTAB), o Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER) e movimentos autônomos, não vinculados a sindicatos. Esses movimentos todos e, em especial, seus líderes, se toparam com a ditadura que, quando não acabou com os movimentos, deixou-os com pouca expressão ou até mesmo solapando suas existências.

4 Este e outros parágrafos na sequência resultam de um apanhado de fontes diversas das quais cabe destacar: Brie, 2011; Caldart, 1997; Fernandes, 1975; Marcon, 2016; Mauro, 1999; MST, 2013; Prado Jr, 1981 entre outros. Aponta-se ainda que há inúmeras teses, livros, artigos sobre o MST, sua história e suas lutas, por isso não se remete aqui a nenhum em específico.

A Reforma Agrária, melhor distribuição de recursos como a terra, apesar de ser o motim e o principal motivo da organização desses camponeses, não é o único. O que se almeja, concomitantemente, é uma reforma social, é a emancipação humana em última instância. Conforme aponta Stedile (1997, p. 9), “o MST é um movimento de massas que se organiza para conquistar basicamente três objetivos: terra, implantação da Reforma Agrária e mudanças sociais em nosso país”.

O objetivo, portanto, parece não ser apenas o reconhecimento como camponês, como trabalhador, mas como pessoas, como cidadãos, como sujeitos de uma sociedade, como sujeitos da história. Em outras palavras, os problemas que anunciam, a luta que tem como conteúdo a terra, é uma luta da sociedade inteira; são problemas enfrentados pela sociedade inteira. Na outra ponta, significa dizer que a falta de Reforma Agrária não extingue o camponês, o pecuarista familiar, o agricultor que possui pequena quantidade de terra, a agricultura familiar, mas dificulta sua integração — política e econômica — na sociedade. A derrota dos seus representantes políticos — a exemplo do impedimento da Presidenta Dilma Rousseff — tampouco diminui sua importância ou anula suas ações. Cria desafios em maior proporção, sim, mas é a continuidade do processo histórico da luta de classes, em específico, no campo, afinal a “história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classes” (MARX & ENGELS, 2008, p. 8).

Considerando-se esse aspecto, mesmo a ditadura não fez com que os ideais de luta pela Reforma Agrária se apagassem ou fossem suplantados por uma “modernização” amparada no capital estrangeiro, crédito rural para as grandes empresas ou grandes propriedades, uso de agrotóxicos e mecanização. Ao contrário, todo o processo levou à insurreição massiva desses povos, que passaram a fazer ocupações em todo território brasileiro no início da década de 80. Essas lutas, massivas no sentido de espalhadas por todo o território nacional, até internacional, e, ao mesmo tempo, isoladas (puxadas por diferentes lideranças), culminaram com a constituição

de um movimento articulado, que viria a ser o MST. O Brasil presencia também, na saída da ditadura, década de 70 e 80, o surgimento de inúmeros novos movimentos sociais, cujas reivindicações constituíam-se de pautas amplas, como moradia (políticas de reforma urbana), saúde (daqui nasceu o SUS, por exemplo), mais participação popular (nas administrações locais) e a pauta da Reforma Agrária, que não poderia faltar. Esses movimentos carregam uma ideologia — um grupo social, um projeto político —, uma pauta ou reivindicação específica e uma determinada estrutura organizacional.

O fato incontestável que temos de analisar é que desde os anos 1970, com mais intensidade a partir dos anos 1990, produziram-se lutas sociais que diversificaram enormemente o universo que se conhecia até então. De lá pra cá, colecionamos mais derrotas que vitórias, mas o universo se ampliou consideravelmente, envolvendo desde lutas fabris até as mais variadas lutas, passando por questões culturais, étnicas e ambientais. De Seattle ao Occupy W. Street, dos zapatistas à luta dos sem-terra no Brasil, passando pelos piqueteiros da Argentina, por Oaxaca no México e pelas lutas altermundistas (antiglobalização) nos países centrais até os recentíssimos mal chamados “movimento dos indignados”, colecionamos não só derrotas, mas também exemplos concretos do perfil das lutas de classes contemporâneas. (BRAZ, 2012, p. 480).

O MST, nessa perspectiva, configura-se como um movimento social que tem seu foco na organização dos povos do campo para que tenham seus direitos de trabalhar na terra, direitos inclusive constitucionais, garantidos. Enquanto compreensão de direito, a terra é um bem natural, da natureza; não é fruto do trabalho de alguém ou resultado da produção de alguém que envidou esforços para assim obtê-lo. É uma organização que visa preservar o direito dos povos, dos sujeitos camponeses, contra a desigualdade na distribuição dos bens naturais e distribuição de terras para aqueles que não a possuem. Um movimento que, em seu ideário, carrega um planejamento e um projeto de nação, pensada para todos e não somente

para uma parte da população ou, então, para atender as demandas de um determinado sistema produtivo (capitalismo). A Reforma Agrária, nesse tocante, é um caminho pensado para distribuir renda e criar um mercado interno para a indústria/industrialização). A luta pela terra por meio da transformação social e contra a concentração de renda (latifúndios) trata-se de um compromisso político com a coletividade.

A pauta principal do MST é a Reforma Agrária com ações baseadas em ocupações de latifúndio (geralmente, os latifúndios improdutivos ou que não alcançam o grau de produtividade adequado), manifestação democrática de algo que não está sendo cumprido (um direito ou uma decisão judicial), a ocupação de terras griladas. Essas ações têm como base jurídica a prerrogativa constitucional da função social da propriedade prevista na Constituição Federal de 1988, que determina à União desapropriar por interesse social, para fins de Reforma Agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social (Art. 184). Essa condição é importante, pois reflete uma mudança de posicionamento nas disputas: os camponeses em luta a reivindicarem os seus direitos.

Poderes assimétricos na disputa do Estado: questão agrária

O Estado brasileiro, preconizado enquanto instituição interventora e reguladora da sociedade, passou a interferir substancialmente no desenvolvimento do país a partir da crise de 1929. Nesse período, a agricultura foi beneficiada com uma política de controle do preço do café por meio da compra e queima de quantidades significativas do produto. Posteriormente, o Estado teve um papel fundamental no direcionamento da economia nacional. Atuou deliberadamente na abertura econômica do país permitindo a exportação de produtos agrícolas e importação de bens de capital destinados à modernização industrial.

Entre o desenvolvimentismo e o neoliberalismo: mudanças na estrutura do Estado

A partir de 1964, com a ditadura civil-militar, várias medidas econômicas foram adotadas com o intuito propagandeado de “desenvolver” e “modernizar” o país num processo que ficou conhecido como Modernização Conservadora, devido a alguns fatores como a manutenção concentrada da estrutura fundiária, disponibilidade seletiva de crédito e ampliação do investimento do capital internacional no país. No ambiente macro, as medidas visavam incrementar as exportações, principalmente por meio de produtos agrícolas, objetivando gerar saldos comerciais que permitissem a importação de bens de capital que seriam utilizados na industrialização do País. A crise da balança comercial, as altas taxas de juros e de inflação e a pressão social dos setores populares na década de 1980 fizeram com que a política do governo militar declinasse, dando abertura para um período de ascensão democrática no país. Esse cenário proporcionou o repensar da intervenção estatal na política e na economia nacional (DELGADO, 2004).

A crise da balança comercial, a escassez de recursos do governo, a crise de financiamento, o aumento dos juros internacionais, o aumento da inflação, os resultados negativos do modelo produtivista modernizador para o campo, bem como a pressão social pela abertura política rumo à democracia foram alguns dos elementos que proporcionaram o fim do regime militar e o início de uma nova fase na história do Brasil.

Delgado (2004) apontou que o fim do governo militar, na década de 1980, possibilitou uma “oxigenação” das organizações sociais colocadas em clandestinidade durante a década de 1960 e 1970. Constituiu-se um cenário político que possibilitou a elaboração do I Plano Nacional da Reforma Agrária em 1985, a inauguração da Nova República com a eleição do Presidente Tancredo Neves e o Governo José Sarney e a Constituição Nacional, em 1988, que respaldou o Estatuto da Terra de 1964.

Essas mudanças no cenário político-econômico no Brasil foram estimuladas pelos resultados negativos da economia ao longo da década de 1970, quando o Brasil teve que pagar por um aumento de 283% nos juros internacionais, com a balança comercial acumulando um déficit de seis bilhões de dólares. Para Delgado (2004, p. 13), esses resultados catastróficos para a economia brasileira ocasionaram uma recusa dos bancos internacionais em realizar novos empréstimos ao país. Para tanto, adotou-se uma política monetária contracionista, que elevou as taxas internas de juros e reduziu a disponibilidade de crédito. Ou seja, houve uma espécie de emissão negativa de moeda no sistema financeiro do país com o objetivo de controlar o déficit orçamentário. O resultado desse esforço foi inverso.

Entre os anos de 1990 e 1992, com Fernando Collor de Melo à frente do Governo Federal, a situação agravou-se. Objetivando reduzir os gastos públicos, o governo Collor enxugou a estrutura pública. O setor agrícola sofreu duramente essas medidas, que levaram à extinção da EMBRATER em 1990, ao corte de recursos da EMBRAPA, ao fim do Instituto Brasileiro do Café e do Instituto do Açúcar e Alcool. Após a extinção do sistema nacional público de Extensão Rural, apenas os agricultores mais modernizados conseguiram pagar serviços privados de assistência técnica, com exceção de algumas iniciativas estaduais que garantiram a continuidade de convênios com empresas e Organizações Não Governamentais (ONGs) voltadas a atender agricultores familiares (ALVES; VALENTE JUNIOR, 2006).

Com o apogeu do neoliberalismo no mundo e com as mudanças governamentais do início da década de 1990, o Estado reduziu sua intervenção na economia e na sociedade. A iniciativa privada passou a intervir mais fortemente na economia, incorporando áreas que antes eram de responsabilidade parcial ou total do Estado.

A partir do ano de 2002, identifica-se um novo fortalecimento das ações do Estado, o que, na agricultura, traduz-se no aporte maior de recursos, num maior incentivo à pesquisa, em programas de incentivo a cadeias produtivas, como a dos biocombustíveis. Entretanto, não se

alteram os condicionantes macroeconômicos da economia e a perspectiva de crescimento da produção agrícola com base no setor patronal. Com isso, a estrutura agrária concentrada não é submetida a reestruturações redistributivas, permanecendo, portanto, os condicionantes da condição marginal da agricultura familiar e camponesa.

Essas intervenções do Estado na sociedade brasileira, ao longo dos últimos 80 anos, são resultados das disputas sociais, políticas, ideológicas e econômicas que as classes sociais configuraram nas esferas do poder do Estado e da sociedade civil. O Estado passou a ter um papel diferenciado na sociedade capitalista com a nova organização social da sociedade em classes. Uma série de autores, dentre eles, Marx, Engels, Smith, Lênin, Gramsci, Poulantzas, Offe, formularam importantes conceitos e teorias sobre a natureza, o caráter e o papel do Estado na sociedade.

Críticas sobre o papel do Estado

De acordo com Smith (1983), o Estado é uma organização neutra, servidor da sociedade e da cidadania, na qual cada indivíduo tem a liberdade de opinar e participar da coordenação das políticas do Estado e deve submeter-se a essa estrutura que ajudou a construir. Engels (1987), numa perspectiva diversa à de Smith, defende que o Estado representa os interesses de uma classe específica, mesmo quando se posiciona acima do antagonismo das classes sociais. Para o autor, a autonomia do Estado fica apenas restrita a tarefas burocráticas e sua posição a favor da classe dominante se dá na esfera política e econômica. Lênin (1983), numa leitura aproximada à de Engels, identifica o Estado enquanto produto do antagonismo irreconciliável entre as classes sociais, servindo aos interesses e à dominação pela classe mais poderosa economicamente e também tendo o papel de refrear o antagonismo entre classes. Essas teorias, distintas e/ou complementares, que em muito contribuíram para o debate sobre a

natureza, o caráter e a função do Estado, apresentam limitações para explicá-lo na atualidade, principalmente pelas características atuais do funcionamento e da dinâmica geral conflituosa a que o Estado está submetido.

Coutinho (1992) considera um avanço a análise feita pela Teoria Ampliada do Estado de Gramsci, pois identifica, na socialização da participação política por meio da formação de grandes sindicatos e de partidos de massa, o surgimento de uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, qual seja, a sociedade civil.

Portanto, o Estado, em sentido amplo, com novas determinações, comporta duas esferas principais:

a sociedade política [...] que é formada pelo conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoriais, meios de comunicação de massa), etc. (COUTINHO, 1992, p. 76-77, grifo nosso).

Segundo Coutinho (1992), ambas as esferas visam sustentar uma determinada base econômica segundo os interesses da classe social hegemônica. Entretanto, o modo como são encaminhadas as ações para preservar os interesses hegemônicos são diferentes. Na sociedade civil, busca-se exercer a hegemonia ganhando-se aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso, enquanto que, por meio da sociedade política, as classes exercem uma ditadura ou, mais precisamente, uma dominação mediante a coerção. Um segundo ponto de diferenciação entre as esferas refere-se às distinções em sua materialidade (social-institucional) própria. Enquanto a materialidade da sociedade política se expressa nos aparelhos de Estado, os portadores materiais da sociedade civil são o que

Gramsci chama de aparelhos privados de hegemonia, ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política.

Gramsci (1995) vai além ao afirmar que as classes sociais que detêm o poder do Estado utilizam-se de meios para legitimar os seus interesses enquanto interesses universais da sociedade, fazendo-se valer das esferas da superestrutura, composta pelas forças política, jurídica e ideológica. Segundo o autor, a relação de poder implica a demarcação de uma linha nítida entre os lugares de dominação e de subordinação de classe. O Estado capitalista busca maquiagem essa demarcação, usando a superestrutura para ocultar diferenças sociais e harmonizar posições sociais potencialmente conflituosas, alienando e distanciando as pessoas de sua identidade de classe. Dessa forma, a busca pelo controle do poder do Estado é um movimento de classe com vistas a realizar os seus interesses econômicos e políticos.

Conforme Offe (1984), o Estado coordenado por essa hegemonia burguesa desenvolve um processo seletivo na sua atuação decisória sobre a regulamentação da economia e da política, agindo como um sistema de filtro. Para o autor, o Estado busca, de um lado, consolidar estratégias conjugadas e medidas estruturais de alcance econômico e político para manter um processo de acumulação de capital. De outro lado, busca estratégias para neutralizar ou minimizar os efeitos excludentes e perversos da acumulação de capital. Neste último caso, o Estado burguês busca maquiagem sua natureza e caráter de classe por meio de ações denominadas “democráticas” e de políticas públicas para apresentar-se como guardião dos interesses comuns e gerais da sociedade. Para isso, a classe dominante (burguesa) tece acordos com a classe trabalhadora a fim de manter certa correlação de entendimento e minimização dos conflitos de classe. Para o autor, o Estado burguês nunca deixou de servir ao processo de acúmulo de capital em benefício das ações para o bem-estar da população.

De acordo com Poulantzas (1977), o antagonismo das classes sociais é determinado por complexas relações de poder, que, por sua vez, agem

constantemente na disputa do poder do Estado e configuram um aparelho destinado a intervir na dominação de uma classe sobre a outra. O autor concorda com Gramsci (1995) ao afirmar que tais relações de poder extrapolam a constituição da estrutura e agem sobre os meios coercitivos presentes na superestrutura. Logo, a separação entre economia (estrutura) e política (superestrutura), tão defendida pelos intelectuais liberais, serve para esconder uma dupla relação de poder que a classe burguesa dominante possui sobre o Estado.

Noutra obra de Poulantzas (1985), o autor defende a existência de um “esqueleto” material do Estado, que confere, ao bloco no poder, mesmo em conflito, uma unidade à frente do Estado. Este, no caso, capitalista, não deve ser considerado como uma instituição intrínseca, mas como a condensação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado (POULANTZAS, 1985). Nesse sentido,

[...] entender o Estado como condensação material de uma relação de forças, significa entendê-lo como um campo e um processo estratégico, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo se articulam e apresentam contradições e decalagens uns em relação aos outros. Emanam daí táticas movediças e contraditórias, cujo objetivo geral ou cristalização institucional se corporificam nos aparelhos estatais. (p. 157).

A teorização de Poulantzas e Gramsci colabora para a elucidação de dois fatos sobre o funcionamento e papel do Estado. Ao mesmo tempo em que são superadas suas visões instrumentais, que percebem esta instituição enquanto neutra, passiva, servindo unicamente aos interesses das classes ou frações de classes no poder, portanto, sem reconhecer sua autonomia relativa, as elaborações desses autores superam visões que concebem a autonomia do Estado quase que de forma absoluta, pois compreendem

que a burocracia que o dirige é portadora legítima de uma vontade racionalizante da sociedade civil.

Indo ao encontro das contribuições de autores que brevemente foram abordados nesta seção, a noção norteadora presente nesta leitura da realidade identifica o Estado enquanto condensação de uma relação de forças cujas lutas e processos decorridos no seio da sociedade civil visa à constituição de hegemonias que interferem na definição das políticas de Estado. O bloco no poder do Estado desenvolve políticas de caráter seletivo, visando assegurar o entendimento comum de que os interesses universais são o propósito das ações do Estado. A extensão das políticas legitimadoras da dominação de classe por um bloco no poder também pode ser entendida enquanto produto da intensidade dos conflitos e da capacidade de exercer hegemonia pelas forças no poder. Entretanto, se existe um caráter seletivo nas políticas públicas, elas estão comprometidas em, sobretudo, assegurar a reprodução do capital e a condição de dominação pela classe mais influente economicamente, utilizando-se, para isso, não somente da capacidade de hegemonia, mas também dos instrumentos de coerção do Estado. Além disso, de acordo com Carnoy (2006), não basta o poder do Estado para uma classe tornar-se hegemônica. O poder hegemônico da classe burguesa sempre está organizado no seu exercício, em instituições específicas, em centros de poder, sendo o Estado, nesse contexto, o centro do exercício do poder mais importante. Assim, a definição e a gestão de uma política pública estão submetidas às relações de poderes estabelecidos no âmbito do Estado e das classes sociais. O atendimento das demandas sociais por uma política pública é reflexo da disputa do Estado e, nesse sentido, o atendimento da demanda das classes sociais mais empobrecidas se torna problema para as classes dominantes.

Estado, questão agrária e política agrícola

O Estado brasileiro coloca-se em condição de atraso na adoção de políticas agrícolas comparado a alguns países. De acordo com Corazza e Martinello Jr. (2002), na Europa, as políticas agrícolas já faziam parte das medidas governamentais durante o século XVII. Elas tinham como objetivo transformar os agricultores em empresários rurais, favorecendo a submissão dos produtos agrícolas ao mercado capitalista. Os minifúndios e latifúndios eram vistos como entraves ao desenvolvimento do capital por não serem capazes de valer-se da terra e da mão de obra de forma eficiente.

Conforme Veiga (1991), o Estado capitalista europeu passou a efetivar profundas reformas estruturais no campo a fim de aquecer a economia agrícola por meio da Reforma Agrária, do aumento da produção destinada a atender a segurança alimentar e, posteriormente, uma efetiva relação comercial entre os países. Assim, a economia europeia passa a ver a agricultura como um setor econômico importante para o crescimento econômico industrial.

Segundo Coelho (2001), no Brasil, as políticas agrícolas só começaram a tomar corpo a partir da década de 1920. Para o autor, foi a superprodução de café e a “ressaca” do comércio mundial, devido à Grande Crise de 1929, que estimularam as políticas agrícolas com os objetivos de alocar recursos, garantir renda e segurança alimentar para o país. No entanto, diferentemente da Europa, no Brasil, a intensificação das políticas agrícolas se deu sem um processo de reformulação agrária. A maioria das políticas agrícolas foi destinada à produção em grande escala segundo demandas internacionais e interesses da burguesia agrária.

Concordando com essas análises, João Pedro Stedile, da Coordenação Nacional do MST, aponta quatro momentos em que a Reforma Agrária clássica foi identificada como uma possibilidade histórica de solucionar a crise agrária nos marcos do desenvolvimento do capitalismo nacional,

sendo que, em todas essas oportunidades, a opção da burguesia foi por um pacto ainda mais conservador.

O primeiro momento no qual a questão agrária poderia ter sido solucionada com uma Reforma Agrária foi na luta contra a escravidão. Alguns abolicionistas, como Joaquim Nabuco, defenderam com ênfase que a liberdade do povo negro deveria ser acompanhada de um processo de distribuição de terras, com o desenvolvimento de uma indústria nacional e a consequente demanda de consumo:

Não há outra solução possível para o mal crônico e profundo do povo senão uma lei agrária que estabeleça a pequena propriedade, e que vos abra um futuro, a vós e vossos filhos, pela posse e cultivo da terra. É preciso que os brasileiros possam ser proprietários de terra, e que o Estado os ajude a sê-lo.

A propriedade não tem somente direitos, tem também deveres, e o estado de pobreza entre nós, a indiferença com que todos olham para a condição do povo, não faz honra ao Estado. Eu, pois, se for eleito, não separarei mais as duas questões: a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo. Uma é o complemento da outra. Acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão. (NABUCO, 2010, p. 154).

Entretanto, tais argumentos foram derrotados pelos coronéis das terras, uma oligarquia rural que controla(va) o poder político. Com isso, a “libertação dos escravos” manteve a reprodução de uma lógica excludente, concentradora, subalternizante e racista, que, na visão de Fernandes, constitui-se em um dos padrões da sociedade brasileira.

A transição entre o regime escravocrata de exploração da força de trabalho para o primeiro momento da industrialização no Brasil intensificou a luta pela terra, dando origem aos primeiros movimentos. Esses movimentos, cuja base de representação social era formada por forte influência religiosa, tinham como lideranças representações messiânicas. Nesse contexto, a disputa pela terra era necessidade básica de sobrevivência, e as

condições de trabalho, o desenvolvimento das forças produtivas e a correlação de forças eram extremamente desfavoráveis, mantendo-se como lutas locais e sem influência no projeto hegemônico da época.

Na década de 50 do século XX, iniciou-se um novo período de luta pela terra no Brasil. Condições objetivas, como a crise no comércio de *commodities* agrícolas, o projeto do governo federal, liderado por João Goulart, de desenvolver a agricultura para atender a demanda interna e a produção agrícola para a indústria nacional e as condições subjetivas estimuladas, principalmente, pelos movimentos de libertação e com o crescimento de organizações políticas que tinham em sua pauta a Reforma Agrária deram impulso aos movimentos de expressão nacional protagonizados por camponeses, destacando-se com maior expressão as Ligas Camponesas, a União de lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil (Ultabs) e Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), conforme identificamos no início deste texto.

As motivações econômicas e o surgimento desses movimentos influenciaram a correlação de forças de discussão sobre projetos nacionais. As disputas pelos rumos do desenvolvimento da produção agrícola, cujas relações sociais, trabalhistas, econômicas e culturais sofriam as consequências de séculos de um modelo degradador das forças naturais, produtivas e sociais provocadas pelo modelo agroexportador, colocavam-se entre os grupos que defendiam a Reforma Agrária clássica para aumentar o mercado interno e as demandas da indústria nacional de um lado e, de outro, os que defendiam um pacto entre a oligarquia rural e a burguesia industrial, apostando numa modernização conservadora da agricultura.

De acordo com Prado Jr. (1981, p. 26), “os êxitos comerciais da agricultura brasileira são essencialmente devidos a duas circunstâncias: disponibilidades relativamente abundantes de terras e de força de trabalho”. Para o autor, a agricultura patronal detentora de grandes extensões de terras sempre participou ativamente sobre o domínio dos recursos econômicos

do país e, conseqüentemente, foi uma força decisiva nas formulações das políticas públicas para a agricultura.

Nesse período, as definições políticas e econômicas convergem para a promoção da modernização da indústria e da agricultura. A burguesia industrial, representada por alguns políticos e intelectuais, como Delfim Neto e Roberto Campos, passou a influenciar mais fortemente as decisões do Estado, exigindo que a agricultura adotasse medidas modernizadoras e mais produtivas.

De acordo com Delgado (2004, p. 8), as posições defendidas pelo grupo formado por Delfim Neto negaram a existência de uma questão agrária ao “desconsiderar[em] a estrutura fundiária e as relações de trabalho prevalentes no meio rural como um problema econômico relevante, visto que com essa estrutura agrária teriam sido adequadamente cumpridas as funções da agricultura no desenvolvimento econômico”.

Para o autor, o modelo agrícola defendido por Delfim Neto tinha o papel de cumprir cinco funções: a) liberar mão de obra a ser utilizada no setor industrial; b) produzir quantidades suficientes de alimentos a fim de baratear o custo de vida dos trabalhadores e evitar a pressão social sobre o ajuste dos salários; c) criar mercado para os produtos da indústria; d) expandir as exportações; e) financiar parte da capitalização da economia. Os argumentos de Delfim Neto para negar uma questão agrária no Brasil são estritamente econômicos sem levar em consideração os aspectos sociais apontados por Prado Jr., que reconhecia a existência de duas vertentes principais para justificar a necessidade urgente da Reforma Agrária. A primeira diz respeito à legislação social trabalhista no Brasil, que era extremamente arcaica e não garantia condições dignas de vida para os trabalhadores. A segunda era a extrema concentração de terras, que possibilitava a um pequeno grupo de produtores o controle da economia agrícola do país.

O processo de industrialização do Brasil forçou a agricultura patronal a adotar relações mais comerciais e urbanas para que, gradativamente, ela se tornasse unidade de produção mais moderna e produtiva (CORAZZA;

MARTINELLO, 2002), vinculada aos interesses do mercado internacional, de *commodities*, em franco crescimento pela perspectiva neoliberal adotada pelo Estado. Para Graziano da Silva (1999), esse processo provocou uma transformação da agricultura, passando de mercantil para os complexos agroindustriais, orientado pela integração vertical entre indústria — agricultura — agroindústria. De acordo com o autor,

a dinâmica da agricultura passa a estar determinada pelo padrão de acumulação industrial, centrado no desenvolvimento dos complexos agroindustriais, e a ação do Estado nesse contexto orienta-se para a modernização da agricultura, visando integrá-la ao novo circuito produtivo liderado pela indústria de insumos e processamento de matéria-prima e gerando as condições infra-estruturais necessárias à expansão do conjunto do setor (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 23).

Esse novo impasse foi “resolvido” com o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964. Para Fernandes (1975), a opção das elites econômicas e políticas pelo golpe militar encerrou a possibilidade de mudanças no capitalismo brasileiro por meio de reformas. O golpe definiu a opção pelo neocolonialismo, e o desenvolvimento nacional deixou de ser definitivamente um projeto das elites nacionais. O Brasil integrou-se de forma subordinada e dependente na ordem mundial.

O governo ditatorial dos militares impôs a “modernização sem reformas” e reprimiu duramente o movimento camponês. Assim, no Brasil, a burguesia industrial, ao contrário da burguesia europeia do século XVIII, aliou-se à oligarquia rural para desenvolver o capitalismo nacional, dependente dos países centrais.

A opção por um projeto de integração subordinada ao “mercado mundial” como exportador de recursos naturais e *commodities* agrícolas possibilitou desenvolver as forças produtivas da agricultura e criar uma pequena indústria nacional sem a criação de um mercado de massas. Esse modelo provocou um profundo êxodo rural, com a migração em massa

de camponeses e camponesas para as grandes cidades, formando um grande exército industrial de reserva, possibilitando a redução salarial e a superexploração. Entre acumular com o desenvolvimento das forças produtivas e a criação de um mercado consumidor interno, optou-se por aumentar a taxa de forma constante e abusiva da mais-valia, fazendo com o que o Brasil tenha uma das maiores concentrações de renda do mundo.

O pacto das elites, representado no golpe civil-militar, foi escrito com o sangue de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. A maioria das organizações sociais e políticas que defendiam projetos populares, entre eles, a Reforma Agrária, foram perseguidas e massacradas. A imposição dessa violência política e social foi fundamental para a consolidação da “revolução verde”, com uso de máquinas e implementos de grande porte, insumos químicos, degradação de paisagens naturais dos biomas, etc. Isso resultou no agravamento dos problemas sociais, ambientais, econômicos, especialmente na concentração da terra, alargando a fronteira agrícola para o pantanal e a região amazônica.

A partir do golpe militar de 64, o Estado brasileiro voltou-se massivamente para atender as necessidades de uma burguesia industrial, e a agricultura passou a servir majoritariamente esse setor (PALMEIRA; LEITE, 1998). Em 1965, o Governo Federal criou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) com o objetivo de ser o principal estimulador da política de modernização da agricultura, passando de 15% do PIB na década de 60 para 50% do PIB na década de 70 (COELHO, 2001). De acordo com Rodrigues (1997), com a criação do SNCR, substituiu-se o CRS pelo CRO.

Durante a década de 70, o SNCR promoveu a criação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), da EMBRATER e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Com isso, ampliou-se o sistema nacional de Extensão Rural, buscando-se superar aspectos culturais e ideológicos “tradicionais”, considerados entraves no processo de modernização da agricultura (CAPORAL, 1998; MOREIRA, 1999). O enfoque desse serviço esteve voltado para o aumento

da produtividade agrícola, com base no desenvolvimento de uma agricultura de monocultivo. Segundo Coelho (2001), na safra 1984/85, o milho e a soja corresponderiam por 82,4% da produção nacional de grãos.

Os efeitos negativos das medidas sociais e econômicas adotadas nas décadas de 1960 e 70 proporcionaram a queda do governo militar. Alguns fatores foram decisivos para esse processo: a crise da balança comercial e dos recursos do Estado; o aumento dos juros nacionais e internacionais; o aumento da inflação; a crítica aos resultados negativos das medidas modernizantes para o campo; o consequente esgotamento e a redução dos recursos para o SNCR; a pressão social por democracia e pela abertura política do país. Para Delgado (2004), o fim do governo militar possibilitou uma “oxigenação” das organizações sociais colocadas em clandestinidade durante a década de 60 e 70 e possibilitou a formulação da nova Constituição Nacional no ano de 1988.

No cenário agrícola, o crédito rural foi se extinguindo, e o patronato rural permanecia dividido. De um lado, estavam os segmentos mais atrasados, retrógrados e reacionários da burguesia agrária, organizados e representados pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e, de outro, a agricultura patronal mais modernizada, que conseguia articular grandes e pequenos produtores a fim de exercerem um poder de pressão e reivindicações específicas diante do novo governo. O lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) no ano de 1985, pelo governo Sarney, resolveu essa separação. Essa ação governamental gerou a unidade do patronato rural em prol do arquivamento do PNRA. A pressão sobre o governo resultou na transformação da proposta de Reforma Agrária em apenas um capítulo do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR) (SILVA, 1998).

Com o PNDR, foi sepultada, mais uma vez, a possibilidade da realização de uma massiva Reforma Agrária no Brasil. A fraqueza das organizações dos trabalhadores rurais diante da gigantesca unidade da burguesia agrária minimizou a pressão social para a sustentação do PNRA. A unidade

da burguesia agrária e a organização dos complexos agroindustriais sustentaram uma blindagem do governo contra as mudanças estruturais do país. Mais uma vez, as políticas para agricultura ficaram submetidas aos interesses do capital industrial e da burguesia agrária. Esses condicionantes possibilitaram a abertura do Estado brasileiro ao ideário do neoliberalismo como forma para reestruturação da dinâmica social e econômica do país.

Desafios e perspectivas atuais

Segundo Gonzaga (1996), o programa de Reforma Agrária no Brasil sofreu transformações durante os diferentes períodos históricos. Se na transição entre feudalismo e capitalismo o processo de desconcentração da propriedade da terra foi fundamental para o sucesso do novo modo de produção, nos países colonizados e de economia dependente, como nos mostra Fernandes (1975), Prado Júnior (1981) e outros, a desconcentração da terra não é de interesse da burguesia hegemônica.

Por isso, mesmo a “Reforma Agrária clássica” — a que tem como protagonistas as burguesias industriais e que objetivava potencializar o mercado interno por meio da democratização da propriedade da terra e transformar os camponeses em produtores e consumidores de mercadoria —, realizada em vários países, se tornou prescindível para os setores hegemônicos da “burguesia nacional”.

A possibilidade de um “projeto de desenvolvimento nacional” no Brasil nunca passou de ensaios. A correlação de forças dos setores interessados em completar o longo ciclo interrompido entre colônia e nação nunca alcançou força suficiente para transformar seu programa particular na vontade e ação geral da sociedade. Os motivos que impediram essa correlação de forças favorável são variados. Uma análise mais detalhada consta nas obras dos autores citados anteriormente.

Assim, ao longo de nossa história, a Reforma Agrária, nos momentos de crise econômica ou social, é percebida, por alguns setores, como uma possível solução. Nessas conjunturas, em que disputas de projetos de sociedade se explicitam, a questão agrária entra na pauta.

Diante desse novo contexto, a luta pela Reforma Agrária deixa de objetivar o desenvolvimento capitalista e passa a ser uma das estratégias para a superação desse modelo de produção. Em um esforço coletivo, em que a luta pela Reforma Agrária extrapola a luta pela terra e os que dela dependem diretamente, existe

um novo projeto de país que precisa ser construído com todas as forças populares, voltado para atender os interesses e necessidades do povo brasileiro. Buscando assim, com a luta pela reforma agrária popular, acumular forças, obter conquistas para os camponeses e derrotas para as oligarquias rurais, organizar e politizar nossa base social, ampliar e consolidar o apoio da sociedade à nossa luta. É dessa forma que construiremos nossa participação nas lutas de toda a classe trabalhadora para construir um processo revolucionário, que organize a sociedade e um novo modo de produção, sob os ideais do socialismo. (MST, 2013, p. 33-34).

Alexandre da Conceição, da Coordenação Nacional do MST, defende que os sem-terra façam oposição ao agronegócio que, segundo ela, se fortalece com o avanço das empresas transnacionais sobre a agricultura.

O agronegócio, que vem tomando conta dos nossos recursos naturais; que vem expulsando os indígenas e os quilombolas de suas terras; que vem impedindo e travando a Reforma Agrária; e que vem ao mesmo tempo envenenando o campo e a cidade com as altas taxas de agrotóxicos consumidos neste tipo de agricultura, uma agricultura do monocultivo, uma agricultura atrasada, com tecnologia que não gera emprego.

Essa mudança de paradigma nos objetivos da Reforma Agrária implica a reformulação da tática e do programa agrário em todo seu conjunto. Para

Neuri Rosseto, também da Coordenação Nacional do MST, a construção da Reforma Agrária, na perspectiva do programa agrário atualmente defendido pelo Movimento, tem, pelo menos, cinco premissas:

I. Acumular forças para a construção de novas relações sociais

Essas novas relações sociais têm, pelo menos, três frentes:

- a. enfrentar a burguesia agrária, ou seja, derrotar o latifúndio;
- b. criar consensos na sociedade em torno do projeto de Reforma Agrária, de agricultura e de organização da sociedade;
- c. disputar esse programa, na base social camponesa, fortalecendo a organização classista.

II. Considerar a relação entre teoria e prática, na perspectiva da formação para o programa de Reforma Agrária popular

É necessária uma relação dialética entre teoria e prática, que fazem parte de uma unidade práxis, mas não são a mesma coisa. Enquanto a teoria tem o conhecimento como fim, a prática tem o conhecimento como meio; o tempo da teoria é infinito, o da prática é imediato; o “teoricismo” pode conduzir ao desvio do idealismo, enquanto o “praticismo” pode levar ao desvio do pragmatismo.

III. Contrapor as lutas à sociedade capitalista

Os principais problemas da sociedade contemporânea (concentração da terra, pobreza no campo, degradação ambiental) são agravados pelo desenvolvimento do capitalismo. O aprofundamento das relações capitalistas pode colocar em colapso a existência humana. As lutas não podem, portanto, existir apartadas do capitalismo.

IV. Processo revolucionário

Transformação do modo de produção e consumo; transformação das relações sociais e tomada de poder, estruturando a produção com vistas à sociedade socialista; soberania alimentar — produzir para a vida é contradizer o capitalismo.

Só há um motivo para existir 800 milhões de pessoas passando fome: a permanência da lógica capitalista. Por isso, é importante pensar em

como envolver a população nas tomadas de decisões, seja nas escolas, nas universidades, nos assentamentos e na sociedade como um todo.

V. Neutralizar e combater o capitalismo

O capitalismo cria conflitos, e o controle desses conflitos é fundamental para o capitalismo perpetuar-se. Há uma crise do Estado (crise da república) implicando agravamento da crise institucional; para manter o consenso, ampliou-se o nível de coerção e repressão (prevenir a subversão) para neutralizar e combater alternativas ao capitalismo; intensificou-se a monocultura, seja na agricultura ou em outras dimensões de produção da vida, como tentativas da padronização das formas de viver.

A partir dessas premissas, o programa de Reforma Agrária, defendido pelo MST, propõe a contraposição entre a Reforma Agrária clássica e a Reforma Agrária popular, que se expressa, de forma resumida, nos seguintes pontos:

- I. Distribuir a propriedade da terra é um obstáculo ao atual ciclo de acumulação capitalista. Atualmente, apenas 8% (ALVES; ROCHA, 2010) das propriedades se viabilizam com a agricultura em larga escala. Isso demonstra a importância de compreender a produção de alimentos como estratégico e a necessidade de políticas públicas que garantam a diversificação da produção.
No programa agrário defendido pelo MST, o entendimento é de que a terra e todos os bens da natureza em nosso território precisam estar a serviço de todo o povo brasileiro, impedindo a concentração da propriedade privada, estabelecendo tamanho máximo de propriedade e eliminando o latifúndio.
- II. A Reforma Agrária popular baseia-se em outro sistema agrícola fundamentado em quatro bases:
 - a. desenvolvimento da produção agrícola deve ser diversificado, utilizando-se de técnicas de produção agroecológica e máquinas agrícolas

- socialmente adaptadas — tendo os camponeses e as camponesas como guardiões e guardiãs da biodiversidade;
- b. trabalho cooperativado com produção e apropriação coletivas, implementando as formas diversas de cooperação agrícola para desenvolver as forças produtivas e agroindústrias adequadas às relações sociais que promovam os princípios sociais apontados no programa popular;
 - c. escolas do e no campo, compartilhando saberes em tempos e espaços, respeitando a vida e as produções do e no campo. Todas as pessoas que vivem no meio rural têm direito à educação pública, de qualidade, em todos os níveis, assim como o desenvolvimento de sua cultura e identidade social.

Na concepção do MST:

A educação não acontece no espaço e tempo que o educando e educanda frequenta a escola. O direito à educação se relaciona, também, ao acesso aos diferentes tipos de conhecimentos e de bens culturais; à formação para o trabalho e para a participação política; ao jeito de produzir e se organizar; a aprender a se alimentar de modo saudável; e à prática dos valores humanos e socialista que defendemos. (MST, 2013, s/p).

- III. Relação com a propriedade da terra que rompa tanto com a lógica jurídica constitucional, privatista da sociedade capitalista, que pressupõe o direito de o proprietário fazer o que quiser com a terra, para outra lógica: a terra, na Reforma Agrária, deve cumprir uma função social — produzir alimentos, cultura, vida! A apropriação da terra para a Reforma Agrária, segundo o MST, deve respeitar e demarcar todas as áreas pertencentes ou de usufruto das comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e de pescadores artesanais.
- IV. Reapropriação social dos bens da natureza — minério, biodiversidade, terra, água, sementes: a água e as florestas nativas são recursos da natureza e devem ser tratados como um direito de todo cidadão.

Não podem ser considerados mercadorias nem objeto de apropriação privada.

- V. Alimentos como direito e não mercadorias; enfrentar a OMC: construir a soberania alimentar, defendendo o direito de produzir seu próprio alimento. Produção de alimentos saudáveis em cada região do país, para atender todas as necessidades do povo, de acordo com seus hábitos alimentares e culturais. “Povo que não produz seu próprio alimento é um povo escravo” (José Martí).

Para alcançar a soberania alimentar, é fundamental a autonomia sobre a produção de sementes, de forma que o MST defende preservar, multiplicar e difundir as sementes crioulas, sejam as tradicionais ou melhoradas, de acordo com a diversidade do nosso clima e dos biomas, para que todos os agricultores tenham acesso a elas e, assim, se mantenha a soberania nacional da produção.

Considerações finais

O programa de Reforma Agrária passa a fazer parte de um projeto social mais amplo, envolvendo a questão ambiental, a resistência cultural, a criação de emprego, a soberania alimentar, o direito à educação e à saúde e a defesa da democracia, etc. (“Sem Reforma Agrária não há democracia!”, gritavam os sem-terra em 1982). Sem esse conjunto de mudanças, a Reforma Agrária deixa de ser viável. Esse programa passa a integrar e a ser integrante de outros programas, indo para além da posse da terra.

A Reforma Agrária não é necessidade apenas dos povos, que, por meio dela, terão acesso à posse da terra, mas de outros setores da sociedade que demandam um conjunto de ações que podem ser proporcionadas a partir dela.

Dessa forma, questões como produção, soberania alimentar e acesso a alimentos saudáveis passam a ser temas diretamente relacionados ao programa agrário.

Como síntese, existem os desafios atuais da luta pela Reforma Agrária e da luta do MST, a necessidade de possibilitar à população camponesa acesso aos bens culturais e aos demais direitos básicos, como escola, teatro, cinema, atendimento à saúde, saneamento básico. E novas relações sociais que valorizem: trabalho coletivo; divisão justa da renda; relações de gênero que levem em conta as especificidades das orientações sexuais; defesa da soberania alimentar, ou seja, a autodeterminação sobre a escolha dos próprios alimentos à imposição de interesses dos mercados ligados as grandes multinacionais; defesa das diversidades culturais e étnicas; recuperação de um futuro digno para o mundo agrário, capaz de ser acolhedor para os jovens; subordinação das tecnologias e técnicas às razões e éticas dos povos, respeitando interesses e necessidades de cada cultura. Enfim, no plano ecológico, a implementação de um projeto que seja ambientalmente sustentável. Para o MST não basta democratizar o acesso à terra, não basta tomar os meios de produção; é preciso ir além.

O capitalismo, ao transformar a terra em mercadoria, transformou todas as relações que em torno dela se estabelecem em relações hegemônicas pelo capital. Junto à apropriação dos meios de produção, criaram uma forma (equipamentos, técnicas e tecnologias) de produzir na qual o resultado contém o processo. São indissociáveis do produto as relações sociais e a forma como foi produzido. Se o objetivo é uma nova forma de convívio social, não mais baseada no capital, além de expropriar os meios de produção, é necessário mudar a forma de produzir. A partir dessas relações sociais pretendidas, o MST aponta a agroecologia como um conjunto de relações que, ao mesmo tempo em que são de produção, são igualmente culturais e sociais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, E.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). *A agricultura brasileira: desempenho, desafios, perspectivas*. Brasília, DF: IPEA, 2010.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRAZ, Marcelo. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 111, p. 468-492, set./2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000300005>>. Acesso em: 09 maio 2017.
- CALDART, Roseli Salete. *Educação em Movimento: formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRIE M. *Making the Common Good of Humanity concrete*. Brussels: Rosa Luxembourg Foundation, 2011.
- CARNOY, M. *Estado e teoria política*. 12. ed. São Paulo: Papirus, 2006.
- COELHO, C. N. 70 Anos de Política Agrícola no Brasil. *Revista de Política Agrícola*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília, 2001.
- CORAZZA, G.; MARTINELLI, O. JR. Agricultura e Questão Agrária no pensamento Econômico. *Teoria e Evidência Econômica*. Passo Fundo, 2002.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- DELGADO, G. C. *A Questão Agrária Brasileira no Pós-Guerra e sua Configuração Contemporânea*. Brasília, 2004. (Versão não publicada).
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GONZAGA, J. G F. *Possibilidades educativas nas ações coletivas do MST: reflexões teóricas e epistemológicas*. 2006. 236 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2006.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Unicamp: Instituto de Economia, Série Pesquisas, 1999.

HOUTART, François. *Dos Bens Comuns ao “Bem Comum da Humanidade”*. Bruxelas: Fundação Rosa Luxemburgo, 2011.

LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: HUCITEC, 1983.

MARCON, Telmo. *Os movimentos sociais como educadores: contribuições políticas e pedagógicas do Acampamento Natalino*. Passo Fundo: UPF, 2016.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAURO, G. MST: lutas e perspectivas. In: BARSOTTI, P.; PERICÁS, L. B. (Org.). *América Latina: história, crise e movimento*. São Paulo: Xamã, 1999.

MST. Programa Agrário do MST: Texto aprovado pela Coordenação Nacional para o VI congresso Nacional. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, 2014. Disponível em: <[http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL%20\(texto%20basico\).pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL%20(texto%20basico).pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2017.

MST. Programa Agrário do MST: Texto em Construção para o VI Congresso Nacional. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, 2013.

NABUCO, J. *Campanha Abolicionista no Recife*. Eleições de 1884. Brasília: Senado Federal, 2010.

OFFE, C. Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas. In: OFFE, C. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 140-177.

PALMEIRA, M.; LEITE, S. Debates Econômicos, Processos Sociais e Lutas Políticas. In: COSTA, L. F. C.; SANTOS, R. (Org.). *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 92-165.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. *O Estado, o poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PRADO JR., C. *A questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RODRIGUES, C. M. Conceito de Seletividade de Políticas Públicas e sua Aplicação no Contexto da Política de Extensão Rural no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

SILVA, J. G. da S. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre a natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

STEDILE, João Pedro. Prefácio — MST. In: CALDART, Roseli Salete. *Educação em Movimento: formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

VEIGA, J. E. da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão história*. São Paulo: USP; HUCITEC, 1991.